



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2013**  
**MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PROCESSO Nº 0.00.002.000097/2012-82**  
**UASG - 590001**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

DATA: 26/02/2013

HORÁRIO: 14 HORAS

**Obs:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, sediado no SAFS (Setor de Administração Federal Sul), Quadra 2, Lote 3, Ed. Adail Belmont, em Brasília - DF, torna público, por meio de seu Pregoeiro Rogério Fagundes Gomide, instituído pela Portaria CNMP nº 87, de 30 de maio de 2012, do Senhor Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, que no dia **26 de fevereiro de 2013, às 14 horas (horário de Brasília)** ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, por meio do endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), que realizará licitação do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, **exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte**, em atendimento ao artigo 6º do Decreto nº 6.204/2007, para **aquisição de LICENÇAS DE SOFTWARE**. A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993, pelo Decreto nº 3.555 de 08/08/2000, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, Decreto nº 5.504 de 05/08/2005, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no que couber, com as devidas alterações, e demais normas pertinentes.

## **1 - CONDIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **COMPRASNET** e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do **Edital**.



1.3 Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do Conselho Nacional do Ministério Público, denominado Pregoeiro(a), com certificação digital.

## 2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto à **AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE**, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos:

- Termo de Referência - Anexo I;
- Planilha de Formação de Preço - Anexo II;
- Declaração de Regularidade - Anexo III;
- Nota Técnica nº 07/2012 - STI/SG/CNMP - Anexo IV

## 3 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação **EXCLUSIVAMENTE AS MICROEMPRESAS - ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP**, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e que, em observância ao disposto no art. 6º, do Decreto nº 6.204/2007, explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado, atendam às condições exigidas neste Edital e seus anexos e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), para acesso ao sistema eletrônico.

3.2 Não poderá participar desta licitação:

- a) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) empresa apenada com o impedimento de contratar com a Administração;
- c) empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- d) empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) sociedade cooperativa de mão-de-obra, constituída nos termos da Lei nº 5.764, de 16/12/1971, em função do Termo de Conciliação celebrado entre a União (AGU) e o Ministério Público do Trabalho;
- f) empresa em regime de subcontratação.

3.2.1 Para fins do disposto na alínea b e c do item 3.2, entende-se por Administração a



administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

3.3. Todos os documentos exigidos na presente licitação devem estar em nome da empresa licitante e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente, quando for o caso.

3.4. O licitante será responsável pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento licitatório e da consequente contratação, sob as penas da lei.

3.5. Não poderão participar deste Pregão empresas que tenham como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor (este quando ocupante de cargo de direção) do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União, e seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme dispõe o art. 4º da Resolução nº 01 do CNMP, de 7 de novembro de 2005 e art. 1º da Resolução nº 7 do CNMP, de 17 de abril de 2006 (Anexo III do Edital).

#### 4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

4.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, §§ 5º e 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, devendo a licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto ao uso da mesma (art. 3º, §§ 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), para que possa gozar dos benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que, à época do credenciamento, manifeste cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

4.5 Quem prestar declaração falsa na manifestação de que trata o item anterior sujeitar-se-á à penalidade prevista no item 11 deste Edital.



## 5 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante (art. 13, III, Decreto nº 5.450/2005).

5.2 Incumbirá à licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, IV, Decreto nº 5.450/2005).

5.3 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, o que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.4 Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos (art.21, § 2º, Decreto nº 5.450/2005).

5.4.1 As licitantes também deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, e que não se encontram alcançadas por quaisquer das hipóteses previstas no Parágrafo 4º, do art. 3º, da LC nº 123/2006.

5.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (art. 21, § 4º, Decreto nº 5.450/05).

5.6 Concluída a etapa de lances, a empresa detentora do menor lance deverá encaminhar sua proposta contendo as especificações detalhadas do objeto, no prazo máximo de 1 (uma) hora, contada do encerramento da etapa de lances, com preços unitários e total atualizados (no máximo com duas casas decimais) em conformidade com os lances eventualmente ofertados. A comprovação dar-se-á, preferencialmente, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, ou para o endereço eletrônico [cpl@cnmp.gov.br](mailto:cpl@cnmp.gov.br), com posterior encaminhamento do original (via Sedex) ou cópia autenticada no prazo de 72 (setenta e duas) horas, no endereço constante no item 10.1 do presente Edital.

5.6.1 No caso de propostas contendo erros ou falhas sanáveis, será concedido prazo improrrogável de 30 (trinta) minutos para os devidos ajustes.

5.6.1.1 Prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

5.6.2. A especificação deverá ser clara e completa, ou seja, detalhamento do objeto, observadas as especificações básicas constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital;



5.7 Os Preços unitário e total, devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes na planilha do Anexo I deste Edital;

5.8 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.9 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem **irregularidades insanáveis**.

5.10 Serão desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.

**5.10.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.**

## 06 - DA RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A partir da data e horário previstos no preâmbulo do Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº02/2012, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances.

6.2 Não se admitirá proposta que apresentar preço global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos.

6.3 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

## 07 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

7.1 **Até o dia 20/2/2013**, 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa **poderá impugnar** o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

7.1.1 Pregoeiro **decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 horas** e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.

7.2 Os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 19/2/2013**, 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, via correio eletrônico: [cpl@cnmp.gov.br](mailto:cpl@cnmp.gov.br).



## 08 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Aberta a etapa competitiva, com a classificação das propostas pelo Pregoeiro, o licitante poderá encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (art. 24 do Decreto nº 5.450/05).

8.2 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.

8.4 Se ocorrerem dois ou mais lances do mesmo valor, terá preferência na contratação, para todos os efeitos, aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, podendo, ao preço do primeiro colocado, ser registrados outros licitantes que aderirem a este preço.

8.5 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.

8.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, através do Pregoeiro, aos licitantes, após o que transcorrerá o tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação, sendo a negociação acompanhada pelos demais licitantes.

8.8 O Pregoeiro poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.9 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de ACEITAÇÃO, permanecendo *on-line* para a resposta de dúvidas por parte do Pregoeiro, bem como eventual negociação de valores.

8.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.11 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste



Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

## 9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 No julgamento das propostas, após a etapa de lances, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o menor preço por item, sendo aceitas somente duas casas decimais.

9.2 O lançamento dos valores da proposta inicial no sistema Comprasnet é de responsabilidade do LICITANTE, qualquer falha ou erro no lançamento implicará na desclassificação da proposta tendo como justificativa valores irrisórios ou erro material.

9.3 Os limites máximos aceitáveis para a contratação serão conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição	U.M.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	Microsoft Office Professional Português (Brasil) 2010 ou superior do tipo perpétuo;	un	5	R\$ 1.099,00	R\$ 5.495,00
2	Microsoft Word 2010 Português (Brasil) 2010 ou superior do tipo perpétuo;	un	30	R\$ 680,00	R\$ 20.400,00
3	Microsoft Excel 2010 Português (Brasil) 2010 ou superior do tipo perpétuo;	un	50	R\$ 290,56	R\$ 14.528,00
4	Microsoft PowerPoint 2010 Português (Brasil) 2010 ou superior do tipo perpétuo;	un	7	R\$ 393,65	R\$ 2.755,55
5	Microsoft Access 2010 Português (Brasil) 2010 ou superior do tipo perpétuo;	un	15	R\$ 429,00	R\$ 6.435,00

9.4 Serão desclassificadas as propostas com valores acima do limite estimado, na fase de "Aceitação".

9.5 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de Habilitação, o pregoeiro examinará a melhor proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.6 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, após a habilitação e julgamento de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço, e o licitante será declarado vencedor, sendo convocado para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido neste Edital.



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**9.7 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.**

9.8 O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências, julgadas necessárias à análise das propostas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9.9 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

9.11 Na fase de Aceitação da Proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor a reapresentação de sua proposta comercial, caso detecte falha sanável na mesma.

9.12 Será recusada a proposta do licitante vencedor da fase de lances que esteja em desacordo com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório, que deixe de atender às exigências nele contidas, que se oponha a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consigne preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, e ainda, que apresente irregularidades insanáveis.

## **10 - DA HABILITAÇÃO**

10.1 Após a fase de ADJUDICAÇÃO, o licitante vencedor deverá encaminhar a documentação original, ou cópia autenticada, referente à HABILITAÇÃO, bem como a proposta atualizada, num prazo de até **72 (setenta e duas) horas**, ao CNMP, SAF Sul (Setor de Administração Federal Sul), Quadra 2, Lote 3, CEP 70.070-600, sala T-008 (Comissão Permanente de Licitação) em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CEP: 70.070-600**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2013**

**PROCESSO Nº 0.00.002.000097/2012-82**

**ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL**

**RAZÃO SOCIAL E CNPJ**





10.2 A habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

- a) SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- b) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ - Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

10.3 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

10.3.1 Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal **(em campo próprio do sistema Comprasnet)**;

10.3.2 Declaração expressa do responsável pela firma de que ela não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidade pública **(em campo próprio do sistema Comprasnet)**;

10.3.3 Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos **(em campo próprio do sistema Comprasnet)**;

10.3.4 Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor ofertado pela licitante, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;

10.3.5 Declaração de que é microempresa e empresa de pequeno porte, se for o caso, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e esta apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar **(em campo próprio do sistema Comprasnet)**;

10.3.6 Declaração de regularidade (anexo III do edital);

10.3.7 Poderá ser solicitada à licitante detentora do melhor lance amostra dos produtos ofertados. Para efeito de avaliação das amostras apresentadas, os técnicos designados para esse fim considerarão as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I).

10.3.8 Atestado de capacidade técnica da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica



de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha prestado ou esteja prestando, a contento, serviços compatíveis e pertinentes com o objeto deste certame, nos termos do item “4.1. Da Qualificação Técnica”, Anexo I deste Edital (Termo de Referência).

10.3.9 A capacidade técnica será averiguada nos termos estabelecidos no Anexo I deste Edital (Termo de Referência)

10.4 A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.5 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, e quando houver necessidade de envio, deverão ser encaminhados para o e-mail [cpl@cnmp.gov.br](mailto:cpl@cnmp.gov.br), a partir de sua convocação no sistema de Pregão Eletrônico, no prazo de 1 (uma) hora contada da solicitação pelo Pregoeiro, e apresentados no original ou por cópia autenticada em 72 (setenta e duas) horas após o encerramento da sessão pública.

10.5.1 Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.

10.6 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

10.7 Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

10.8 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.9 Os documentos deverão ser apresentados com validade em dia na data de apresentação da proposta.

10.9.1 Os documentos apresentados com validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a INABILITAÇÃO do proponente.

10.10 Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentados pelo art. 4º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007.

10.11 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, tratando-se de ME ou EPP, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.12 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666 de



21/06/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, Assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

10.13 A licitante deverá declarar quaisquer fatos supervenientes à inscrição cadastral impeditivos de sua habilitação.

**10.14 Para habilitação no presente pregão serão exigidos os seguintes documentos:**

a) prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS** (Certificado de Regularidade de FGTS - CRF);

b) prova de regularidade para com a **Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND)**;

c) prova de regularidade para com as **Fazendas Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União)** fornecidas pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conjuntamente, nos termos do Decreto n.º 6.106/2007 e IN/RFB n.º 734/07), **Estadual e Municipal ou Distrital**, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;

d) **certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

e) certidão de **regularidade trabalhista (CNDT)**;

10.14.1 Para as licitantes inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a comprovação referida nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do item 10.14 poderá ser efetuada mediante consulta *on line* ao Sistema. A regularidade para com a Fazenda e as certidões exigidas nas alíneas “d” e “e” do item anterior quando não constantes do cadastro no Sistema deverão ser atendidas, também, pelos licitantes cadastrados no SICAF.

10.14.2 Caso algum dos documentos de habilitação apresentados na licitação esteja vencido, o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculta o § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade.

10.14.3 A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Em havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

10.15 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução da respectiva Ata de Registro de Preços, expedidas pelo CNMP e a ele endereçadas;

10.16 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CNMP, considerando-se válida toda



correspondência enviada ao endereço constante dos autos;

10.17 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

## 11 - DAS PENALIDADES

11.1 A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

11.2 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, o licitante vencedor que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e, se for o caso, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

11.3 Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, conforme art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de outras:

a) advertência;

b) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

b.2) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do



contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93).

11.5 No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

11.6 Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93 e a constantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

11.7 De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.8 Da aplicação das penas definidas no § 1º e no art. 87, da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

11.9 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.10 Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para



decidir sobre o recurso.

11.11 O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, no setor de protocolo do CONTRATANTE, localizado no edifício Adail Belmonte, situado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 03 Lote 02, Brasília/DF, nos dias úteis, das 13h às 17h.

## 12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, quando lhe será concedido o prazo de 3 dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**12.2 A falta de manifestação de intenção de recurso, imediata e motivada, da licitante quanto ao resultado do certame importará preclusão do direito recursal. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.**

12.3 Os recursos serão dirigidos à Secretária de Administração do CNMP por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 dias úteis ou, nesse período, encaminhá-los à Secretária de Administração, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 Declarada a vencedora da licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interpor recurso, ou julgados os que interpostos forem, será o procedimento submetido à Secretária de Administração para homologação.

12.5 Encerrada a sessão pública, a ata respectiva será disponibilizada imediatamente na internet para acesso livre de todos os licitantes e à sociedade.

12.6 Os recursos relativos à aplicação das penalidades previstas no item 11 e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV da referida Lei, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

12.7 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

## 13- DO PRAZO DE ENTREGA E RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO.

13.1 Os bens deverão ser entregues na sede do CNMP, no Distrito Federal, no endereço Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 2, Lote 3 - Edifício Adail Belmont, com todos os componentes descritos nas especificações, novos e em perfeito estado e sua procedência deverá ser



facilmente aferida pela embalagem própria.

13.2 O prazo de entrega será de 30(trinta) dias corridos, contados a partir do envio da Nota de Empenho. **O horário para entrega será conforme Termo de Referência.**

13.3 No fornecimento do objeto deverão ser observadas as especificações e demais orientações descritas neste Edital e no Termo de Referência (Anexo I).

13.4 Até a efetiva retirada da Nota de Empenho, poderá ser desclassificada a proposta da licitante vencedora, caso o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

13.5 A Nota de Empenho poderá ser anulada a qualquer tempo, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

#### 14 - DO RECEBIMENTO

14.1.O objeto será recebido de acordo com as condições contidas no Anexo I (Termo de Referência).

#### 15 - DA DOTAÇÃO

15.1 As despesas para a aquisição do objeto do presente Edital correrão à conta do Programa/Atividade 03.062.0581.8010.0001, constante do orçamento do CNMP para este fim. A classificação contábil da aquisição do software será pela natureza de despesa 4.4.90.39.93

#### 16- DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado a favor do licitante vencedor por meio de Ordem Bancária até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento definitivo dos objetos, e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceito pelo CNMP, nos termos especificados no Termo de Referência constante do Anexo I.

16.1.1. O pagamento se realizará após o recebimento definitivo e aceitação dos objetos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, acompanhada das Certidões negativas de Débito relativos ao FGTS, INSS, Débitos Trabalhistas e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como das Receitas Estadual e Municipal ou Distrital.

16.2 Para execução do pagamento, a licitante deverá fazer constar como



beneficiário/cliente da nota fiscal/fatura correspondente, emitida sem rasuras, ao Conselho Nacional do Ministério Público, CNPJ nº 11.439.520/0001-11.

16.3 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

16.4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

16.5 O CNMP fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de entrega e aceitação, o produto fornecido não estiver em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas no termo de referência.

## 17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A autoridade competente do CNMP, poderá **anular ou revogar** a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

17.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto nos parágrafos 1º e 2º, inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, mediante prévia comunicação formal e expressa por parte do CNMP à CONTRATADA, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

17.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sendo possível ao Pregoeiro solicitar pareceres técnicos, pedir esclarecimentos e promover diligências em qualquer fase do presente certame e sempre que julgar necessário.

17.5 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CNMP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução





CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

ou do resultado do processo licitatório.

17.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17.7 Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no item 11 do presente Edital, o lance é considerado proposta.

17.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias úteis em que houver expediente no CNMP.

17.9 Este Edital será fornecido a qualquer interessado nos sítios [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.cnmp.gov.br](http://www.cnmp.gov.br).

17.10 As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem 17.9, das eventuais republicações e/ou retificações de Edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

17.11 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

17.12 O CNMP não é unidade cadastradora do SICAF, apenas realiza consulta junto ao mesmo.

17.13 Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro no Conselho Nacional do Ministério Público, pelo correio eletrônico: [cpl@cnmp.gov.br](mailto:cpl@cnmp.gov.br).

O foro da Justiça Federal da cidade de Brasília-DF é o competente para dirimir quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital.

Brasília, 8 de fevereiro de 2013.

Rogério Fagundes Gomide  
CPL/CNMP



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 3/2013  
**MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PROCESSO Nº 0.00.002.000097/2012-82**  
**UASG - 590001**  
**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

---

**Processo:** 0.00.002.000097/2012-82

**Interessado:** Secretaria de Tecnologia da Informação

---

<b>SOFTWARES</b>
------------------

<b>1. DO OBJETO</b>
---------------------

Aquisição de licenças de software, para atender às necessidades da Secretaria de Planejamento Orçamentário (SPO), da Coordenadoria de Administração de Edifícios (CAED), da Secretaria Jurídica (SEJUR), da Auditoria Interna (AUDIN), da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), Gabinetes, Comissões, Ouvidoria, Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) e Presidência dos seguintes aplicativos:

- a) 05 (cinco) licenças Microsoft Office Professional Português (Brasil) 2010 ou superior do tipo perpétuo;
- b) 30 (trinta) licenças Microsoft Word 2010 Português (Brasil) 2010 ou superior do tipo perpétuo;
- c) 50 (cinquenta) licenças Microsoft Excel 2010 Português (Brasil) 2010 ou superior do tipo perpétuo;
- d) 15 (quinze) licenças Microsoft Access 2010 Português (Brasil) 2010 ou superior do tipo perpétuo;
- e) 07 (sete) licenças Microsoft PowerPoint 2010 Português (Brasil) 2010 ou superior do tipo perpétuo;

<b>2. DA JUSTIFICATIVA</b>
----------------------------

Devido à necessidade de diversas áreas do CNMP, os processos 0.00.002.000436/2011-40 e 0.00.002.001643/2011-11 tratavam da aquisição de softwares para o Conselho Nacional do Ministério Público. Destes processos, foram extraídas as justificativas transcritas abaixo.

2.1. Microsoft Office Professional:

2.1.1. Secretaria de Planejamento Orçamentário (SPO) - 06 (seis)

A função precípua da SPO é ser o articulador entre o Poder Executivo e o CNMP, atuando verticalmente no processo decisório e agregando os produtos gerados nos subníveis e encaminhando-os ao nível macro.

Assim, esse papel de articulador entre os Órgãos Centrais e o CNMP, requer a troca constante de



dados e informações, em diversos aplicativos e sistemas, entre eles planilhas MS-Excel e banco de dados MS-Access, os quais são programados em linguagem VBA e macros específicas dessas aplicações, as quais são incompatíveis com a suíte de escritório em uso no CNMP.

Portanto, em função desse papel articulador, a SPO está em estreita ligação com diversos Órgãos do Governo Federal, fornecendo e recebendo subsídios e informações sobre Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e seus respectivos aspectos financeiros. Esses Órgãos, em função do sistemas corporativos em uso, os quais permeiam toda a Administração Pública Federal, necessitam coletar informações segmentadas, de forma a consolidá-las, em nível macro e para isso, valem-se de ferramentas desenvolvidas com base na plataforma Microsoft Office (MS-Office), em especial o banco de dados Access e a Planilha de Cálculos Excel, aplicativos inexistentes no CNMP.

Ademais, alguns sistemas corporativos do Governo Federal, de uso constante da SPO, como o Sistema de Planejamento e Informações Gerenciais (Sigplan) geram relatórios no padrão “.doc” e/ou “.xls”, ambos padrões da plataforma MS-Office.

Ressalta-se que o CNMP interagia com o Órgão Central por intermédio da Procuradoria-Geral da República, a qual exercia o papel, hoje, exercido pelo CNMP. Por isso, a ausência do pacote Microsoft Office não era sentida, o que não se reproduz na atual circunstância.

Dessa forma, o pacote de aplicativos similares, atualmente disponível no CNMP, não atende às necessidades da SPO, pois, apesar da possibilidade de conversão, proporcionada por esse pacote, tal funcionalidade tem se mostrado, para SPO, inútil, à medida que apresenta perda de dados e formatação, e muitas vezes, danos ao arquivo original, o que gera prejuízos à confiabilidade da informação, podendo chegar, inclusive a comprometer o cumprimento de prazos, em especial, na fase de elaboração das propostas orçamentárias.

Portanto, em função do exposto, o pacote de aplicativos que atende às necessidades da SPO é o Pacote MS-Office, no mínimo em sua versão Professional 2007, haja vista que nas outras versões (Home, Student, Business) o Access não compõe o pacote de aplicativos e algumas já estão descontinuadas pelo fabricante.

#### 2.1.2. Auditoria Interna (AUDIN) - 8 (Oito)

Apesar do “Plano de Governo Brasil Maior” e a IN/STI nº 01 de 17 de janeiro de 2011 priorizarem o uso do software livre, como o BrOffice, o “Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis” da Secretaria do Tesouro Nacional prescreve o uso de planilhas específicas no formato “.xls” que somente tem sua funcionalidade completa por meio do programa Excel pertencente ao pacote Microsoft Office.

A AUDIN já verificou a falta de compatibilidade do BrOffice em relação aos dados extraídos do Siafi Gerencial. Ademais, realiza atividades em parceria com a AUDIN/MPU que utiliza documentos e planilhas incompatíveis com o pacote BrOffice.



Levando-se em consideração que a AUDIN/MPU utiliza o pacote Microsoft Office, ressaltamos a necessidade da utilização desse pacote para melhor adequação e compatibilidade das atividades a serem realizadas.

De acordo com a Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 21 de junho de 2011 e Portaria CNMP-SECRETARIA-GERAL nº 39, de 28 de junho de 2011 esta AUDIN é composta por 4 analistas de controle interno, 1 analista de contabilidade/perito, 2 técnicos de controle interno, 2 coordenadores e 1 auditor-chefe, totalizando 10 integrantes.

Assim, solicitamos que sejam adquiridos 5 Pacotes do produto Office Home and Business 2010 (em Português) para a instalação em 10 computadores, uma vez que cada produto contém 2 licenças.

Observação 1: Em despacho extraído do processo 0.00.002.000436/2011-40, verso da fl. 114 foi sugerida a substituição do tipo de produto proposto para MS-Office Professional e do número de licenças para 10, em virtude do motivos expostos na citada folha do processo.

Observação 2: Conforme e-mail em anexo, o número de softwares foi retificado pela área para 8 (oito) unidades.

#### 2.1.3. Coordenadoria de Administração de Edifícios (CAED) - 05 (cinco)

A necessidade do pacote Office para a Coordenadoria se justifica pela integração deste com a linguagem de programação Visual Basic for Applications - VBA, linguagem esta proprietária da Microsoft, e que é usada em outro software de uso da CAED, o AutoCad, na automação na análise de projetos e outras ferramentas desenvolvidas com esta linguagem. Alguns programas em VBA acessam os dados presentes em planilhas Excel e Banco de dados do Access, programas estes que integram o pacote Office, o que gera a necessidade da aquisição destes. Estas ferramentas não são disponibilizadas pelo pacote hoje oferecido, o BrOffice. No momento atual a CAED possui 5 servidores que utilizam os softwares supracitados, desta forma a necessidade da compra de 5 licenças.

#### 2.1.4. Secretaria Jurídica (SEJUR) - 03 (Três)

Devido a importantes intercorrências, a Secretaria solicita a compra de novo software para a edição da pauta da sessão de julgamento para fins de publicação no Diário Oficial da União. O propósito do pedido é que não se tenha mais risco de a pauta não ser publicada dentro do prazo regimental de 2 dias úteis e, conseqüentemente, de a sessão de julgamento não se realizar, prejudicando não só todo o Conselho Nacional como também as partes interessadas nos processos.

Desde janeiro de 2011, a responsabilidade de enviar as matérias para a Imprensa Nacional, que antes era da Procuradoria Geral da República, passou para a SEJUR. Na oportunidade, três servidores compareceram à DIVAO/PGR para treinamento de como enviar matérias para publicação. Uma das orientações era a de solicitar a compra de programa da Microsoft Office, pois seria o programa que proporcionaria menos problemas ao se gerar os arquivos e agilizaria a edição das matérias uma vez que o



setor responsável pela publicação recebe demanda de todo o CNMP. Frisa-se aqui que a própria PGR usa softwares pagos no setor de publicação de matérias.

O setor tem passado por dificuldades para gerar os arquivos de acordo com as exigências da Imprensa Nacional, que, além de outras formatações, exige que o arquivo seja gerado no formato RTF. Sabe-se que o BrOffice, software livre, é capaz de converter o arquivo em RTF, contudo, por inúmeras vezes, ao se gerar esse tipo de arquivo para a pauta da sessão de julgamento o texto passa a apresentar erros de leitura e alterações na formatação exigida. Ressalta-se que esse tipo de problema ocorre em especial com a pauta, o que se tem atribuído de forma leiga ao fato de ser a única matéria extensa a ser publicada, podendo chegar a 20 páginas.

Esses defeitos gerados durante a conversão do arquivo, quando visíveis ao se checar o seu conteúdo, implicam o retrabalho e demandam muito tempo dos servidores até se conseguir um arquivo sem imperfeições. Para se solucionar o problema, o setor já requisitou auxílio da Tecnologia da Informação/CNMP, a qual presenciou a dificuldade em se gerar um arquivo RTF a partir do BrOffice e não apresentou uma solução definitiva para evitar que esses erros aconteçam em situações futuras. Na ocasião, o próprio servidor da TI também passou horas tentando gerar o referido arquivo.

Em outras situações, os erros não são perceptíveis e o arquivo chega corrompido à Imprensa Nacional acarretando a devolução da matéria e impedindo sua publicação, como mostra cópia anexa do e-mail de devolução da Imprensa. Diante desses obstáculos, tem sido necessário os servidores responsáveis pela publicação levarem o notebook pessoal para o Conselho ou levar o arquivo para sua residência para poder trabalhar em editores do Microsoft Office, o qual, durante todo esse período, tem se mostrado o único software que não gera problema e capaz de assegurar a publicação da pauta dentro do prazo.

Além dessa segurança, o software pago agilizaria a formatação das matérias nos padrões da Imprensa por possibilitar a geração de certas macros utilizadas na PGR, que foram geradas pelo BrOffice em função de sua limitação de recursos.

Com o recurso disponível, se poderia também garantir o controle dos processos arquivados, o qual é feito em planilhas e o software livre tem acarretado a perda de informação ao se salvar os arquivos.

Acrescenta-se que o fato de a pauta estar sujeita a prazos para ser publicada gera uma grande preocupação, pois a sua não publicação compromete a atividade fim deste Órgão. Coloca-se que sem as ferramentas adequadas não tem como o setor assumir essa responsabilidade a longo prazo, pois até o momento tem conseguido publicar a pauta contando com o comprometimento de seus servidores e com o uso de recursos que poderiam ser disponibilizados pelo Órgão. Reforça-se, assim, que, diante da situação apresentada, a compra de editores do Microsoft Office apresenta um ótimo custo-benefício e atende ao princípio da eficiência.

Desse modo, a SEJUR necessita de 3 (três) licenças em razão da quantidade de servidores que



exercem a atribuição de publicação.

#### 2.1.5. Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) - 05 (cinco)

A STI presta serviços de suporte em TI a todas as outras secretarias do CNMP e, conseqüentemente, precisa auxiliar os usuários na criação de documentos, manuais, macros, malas diretas e outros recursos disponíveis no pacote Microsoft Office. É sabido que existem no mercado softwares livres que fornecem ferramentas para a conversão entre formatos Microsoft Office e ferramentas livres, no entanto, devido a criação de documentos elaborados com características proprietárias pelas outras áreas, a STI necessita de 5 licenças - que serão instaladas nas máquinas do Serviço de Atendimento ao Usuário - para prestar este apoio e não degradar o serviço de auxílio e o próprio serviços das áreas demandantes.

#### 2.1.6. Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) - 10 (dez)

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas é responsável por coordenar o capital intelectual do CNMP. Dentro de suas competências e funções a manipulação de dados torna-se indispensável. Em sua atuação - treinamento, cadastro e pagamento - o adequado tratamento dessas informações garantem o alcance de melhores resultados.

Para atingir tais resultados, o uso de ferramentas eletrônicas confiáveis e de maior performance são imprescindíveis em todo o processo. O pacote Office 2010 integra uma tecnologia necessária para a CGP alcançar a eficiência e eficácia nos atos de gestão de todo o capital administrado.

Em primeiro lugar o editor de texto Writer possui uma biblioteca de modelos inferior à oferecida pelo editor Word 2010, possui um dicionário ortográfico fraco, bem como um corretor gramatical deficiente. O Word apresenta um estilo de autoformatação de tabelas superior.

A planilha eletrônica Calc é mais pesada. Isso é decorrente do maior uso de memória. Ele também apresenta deficiências na vinculação entre planilhas eletrônicas. Como consequência problemas como perda de dados e execução de cálculos podem ocorrer. São observados também inesperados erros que provocam o fechamento da planilha. Os filtros oferecidos pelo Calc são limitados em comparação àqueles disponibilizados pelo Excel 2010. O Excel 2010 também fornece mais ferramentas de compilação de dados e mais possibilidades de formatação de planilhas, além de apresentar maiores recursos de funções. Esses são alguns motivos que tornam o Calc um aplicativo não confiável para uso em folha de pagamentos, cadastro ou treinamento.

O access 2010 também é um excelente recurso oferecido pelo pacote office para os atos de gestão praticados por essa coordenadoria, no que concerne a criação de base de dados, formulários e relatórios.

O Power Point 2010, em comparação ao BrOffice Impress, fornece mais ferramentas de criação de apresentações, permite o tratamento de imagens dentro do programa e disponibiliza mais recursos visuais, o que otimizaria as apresentações elaboradas pela área de treinamento.

A adoção do pacote Office 2010 proporcionaria o alcance da eficiência e das reduções de custos à



eficácia e ao valor agregado do trabalho.

Dessa forma solicita-se a adoção do pacote office 2010, para CGP, com os seguintes aplicativos:

Cadastro:

02 licenças com Word 2010, Excel 2010

Folha de Pagamento:

05 licenças com Word 2010, Excel 2010 e Access 2010;

Treinamento

03 licenças com Word 2010, Excel 2010, Access 2010 e Power Point 2010

Total:

10 licenças do Office 2010 com os aplicativos Word, Excel, Access e Power Point.

2.1.7 - Gabinetes, Ouvidoria, Comissões, Secretaria de Gestão Estratégica - SGE e Presidência.

As justificativas para aquisição das ferramentas de escritório Microsoft Office para esses setores estão compiladas na nota técnica nº 07/2012 da Secretaria de Tecnologia da Informação. Também se encontram nessa nota técnica a viabilidade de aquisição desses softwares e seus quantitativos.

Quadro Resumo de Licenças Sugeridas – STI/SG

Produtos	Setores	Quantidade
Microsoft Word 2010	SEJUR, CGP, Gabinete 2, Gabinete 11, Gabinete 1, Gabinete 12, Gabinete 5, Gabinete 7, Gabinete do Conselheiro Almino Afonso, Gabinete 6, Comissão de Preservação da Autonomia do MP - CPAMP, Comissão de Controle Administrativo e Financeiro - CCAF, Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do MP na Área da Infância e Juventude- CIJ, Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do MP na Defesa dos Direitos Fundamentais, Comissão Temporária de Acessibilidade – CTA, Ouvidoria, CSCCEAP, CPEAL, Núcleo de Apoio às Comissões – NAC, Gabinete da Presidência	30
Microsoft Excel 2010	SPO, CAED, AUDIN, CGP, Gabinete 2, Gabinete 1, Gabinete 12, Gabinete 5, Gabinete 7, Gabinete 11, Gabinete Conselheiro Almino Afonso, Gabinete 6, Comissão de Preservação da Autonomia do MP - CPAMP, Comissão de Controle Administrativo e Financeiro - CCAF, Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do MP na Área da Infância e Juventude- CIJ, Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do MP na Defesa dos Direitos Fundamentais, Comissão Temporária de Acessibilidade – CTA, Ouvidoria, CSCCEAP, CPEAL, Núcleo de Apoio às Comissões – NAC e SGE e gabinete da Presidência.	50
Microsoft Access 2010	SPO, CAED, COGP (CGP)	15
Microsoft Power Point 2010	Gabinete 1, Gabinete 12, SGE, COGP (CGP)	7
Microsoft Office Professional Plus 2010	STI	5



### 3. DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DO FORNECIMENTO

As condições e características técnicas mínimas estão especificadas conforme a tabela abaixo:

Item	Material	Quantidade	Descrição
1	Microsoft Office Professional	05	Software Microsoft Office Professional 2010 ou superior em língua Portuguesa (Brasil).
2	Microsoft Word 2010	30	Software Microsoft Word 2010 ou superior em língua Portuguesa (Brasil).
3	Microsoft Excel 2010	50	Software Microsoft Excel 2010 ou superior em língua Portuguesa (Brasil).
4	Microsoft PowerPoint 2010	07	Software Microsoft Powerpoint 2010 ou superior em língua Portuguesa (Brasil).
5	Microsoft Access 2010	15	Software Microsoft Access 2010 ou superior em língua Portuguesa (Brasil).

### 4. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- a) O fornecedor deverá garantir a autenticidade do produto perante o fabricante.
- b) A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos mesmos se, por ventura, forem entregues com qualquer natureza de defeito, avaria ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência.
- c) O produto deverá possibilitar a atualização de falhas de segurança, quando disponível pelo fabricante.
- d) O cadastramento do produto junto a Microsoft deverá ser em nome do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP - e não no nome da contratada, caso a licença seja por Volume do tipo Open License.
- e) Caso a licença não seja por Volume deverão ser entregues as mídias de instalação.

### 5. DAS SANÇÕES

- 5.1. As sanções a serem aplicadas em caso de inadimplemento da execução do objeto serão definidas nos termos contratuais.
- 5.2. Em caso de atraso na entrega dos softwares, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos softwares em mora, limitada a 30 (trinta) dias.
- 5.3. Pelo descumprimento dos prazos limites estipulados nos itens anteriores, será aplicada multa de 0,1% sobre o valor total do contrato, além da multa estipulada no item originalmente descumprido.

### 6. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 6.1. Os softwares serão entregues no almoxarifado do CNMP. Localizado no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 2, Lote 3, CEP 70070-600
- 6.2. O prazo de entrega será de 30 (Trinta) dias corridos e contados a partir da assinatura do contrato.





6.3. Nos casos de recusa, o licitante vencedor terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar a substituição, contados a partir da comunicação feita pelo CNMP.

6.4. Os softwares entregues em desacordo com o especificado neste projeto e na proposta da Contratada será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a Contratada a substituí-los no prazo assinado pelo CNMP, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega.

6.5. Os produtos, mesmo entregue e recebidos, ficam sujeitos à substituição pela Contratada, desde que comprovada a existência de problemas cuja verificação só seja possível ocorrer no decorrer da utilização dos mesmos.

6.6. Será considerada recusa formal da Contratada a não entrega dos produtos no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, assim reconhecido pela Contratante.

6.4. Os softwares deverão ser de primeiro uso e deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento.

## 7. DO RECEBIMENTO

7.1. O recebimento do objeto se dará, provisoriamente, no ato da entrega no almoxarifado do CNMP, para posterior verificação da conformidade com as especificações contidas neste termo de referência.

7.2. O recebimento definitivo se dará em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, após verificação de que os equipamentos foram entregues de acordo com as condições e as especificações deste termo de referência.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

8.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais.

8.3. Aplicar as sanções, conforme previsto no contrato.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Entregar o objeto do contrato conforme especificado e dentro do prazo de entrega estipulado neste termo de referência.

9.2. Prestar garantia e suporte técnico conforme estabelecido neste termo de referência.

## 10. DA PROPOSTA

10.1. A proposta apresentada deverá conter o CNPJ da proponente, prazo de validade e ser endereçada ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

10.2. Nos preços da proposta deverão estar inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

impostos, taxas e fretes.

10.3. A proposta deverá conter fabricante e versão da licença de software a ser fornecida, bem como catálogos, folders, manuais e/ou outros documentos que comprovem que o software atende às características técnicas mínimas deste Termo de Referência.

10.4. As proponentes deverão apresentar preços unitários e totais, conforme quadro abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>Valor Unit. (R\$)</b>	<b>Qtd</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2013**  
**MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PROCESSO Nº 0.00.002.001803/2012-11**  
**UASG - 590001**

**ANEXO II**

**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO**

AO: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2013

PROPOENTE: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

ITEM ...

Item	Descrição do Item	Qtde	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
<b>Valor Global</b>				

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: \_\_\_\_\_

Obs.: Nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, fretes, garantia e serviços de instalação.

DATA/2013

\_\_\_\_\_  
PROPONENTE

CNPJ



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2013**  
**MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PROCESSO Nº 0.00.002.001803/2012-62**  
**UASG - 590001**  
**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**  
**(RESOLUÇÃO CNMP 01/2005 e nº 07/2006)**

(Nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_ **DECLARO**, nos termos da Resolução nº 01, de 07 de novembro de 2005 e da Resolução nº 07, de 17 de abril de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de prestação de serviços junto ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, que:

os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União, abaixo identificado(s):

Nome do membro: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura Representante Legal da Empresa)



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2013**  
**MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PROCESSO Nº 0.00.002.001803/2012-62**  
**UASG - 590001**  
**ANEXO IV**

A Nota Técnica nº 07/2012-STI/SG/CNMP poderá ser obtida no endereço eletrônico:

[http://www.cnmp.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=242:pregao-eletronico&catid=102:licitacoes&Itemid=242](http://www.cnmp.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=242:pregao-eletronico&catid=102:licitacoes&Itemid=242)